res e o Estado com relação aos índices de correção monetária aplicáveis tendo em vista os sucessivos planos econômicos implementados nas últimas décadas. Assim, há que ser consignado como passivo contingente as atualizações de precatórios que vierem a ser efetuadas com base em índices de correção monetária superiores àqueles aplicados pelo Estado.

Ressalte-se que a Emenda Constitucional nº 30 alterou a redação do artigo 100 da Constituição Federal e acrescentou o artigo 78 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabelecendo que o Poder Executivo poderá parcelar os precatórios de natureza não alimentar pendentes de pagamento, em até 10 (dez) parcelas anuais e sucessivas, com valores atualizados monetariamente. Assim, grande parte do passivo contingente do Estado decorrente da atualização monetária de precatórios não alimentares encontra-se equacionado em face da edição da Emenda Constitucional nº 30.

No que pertine às ações judiciais movidas em face do Estado de São Paulo, aquelas que poderão ensejar as maiores condenações são as chamadas ações ambientais. Tratam-se, na verdade, de três tipos de demandas: I. desapropriações diretas, propostas pelo Estado para incorporar ao seu patrimônio áreas de proteção ambiental (Parques, Reservas e Estações Ecológicas); II. desapropriações indiretas, propostas por particulares contra o Estado em razão de apossamento administrativo e III. ações indenizatórias, propostas por particulares contra o Estado, com fundamento em alegados prejuízos decorrentes de ato estatal restritivo ao uso da propriedade (limitação ambiental).

A maioria das condenações impostas ao Estado em tais demandas contemplam indenizações muito superiores ao valor de mercado do imóvel. A Procuradoria Geral do Estado tem conseguido reverter grande parte dessas condenações, obtendo, junto aos Tribunais Superiores (STF e STJ), decisões favoráveis ao Estado ou o cancelamento/suspensão de precatórios já expedidos com a anulação do respectivo processo para realização de nova perícia. Existem várias circunstâncias que, uma vez apontadas e comprovadas nas respectivas demandas, afastam a obrigação do Estado de indenizar o particular ou, ao menos, reduzem significativamente o valor das indenizações, quais sejam: distorções na avaliação dos imóveis, decorrentes da utilização de metodologia inadequada; sobreposições de áreas, decorrentes de deficiência na comprovação do domínio, o que possibilita que mais de um "proprietário" pleiteie indenização pelo mesmo imóvel; inviabilidade de exploração econômica do imóvel; aquisição do imóvel posteriormente à imposição da restrição ambiental. Observe-se que em apenas uma pequena parcela dessas demandas - aproximadamente 10% - já houve a expedição de precatório.

Outro passivo contingente importante a ser considerado refere-se às obrigações da extinta FEPASA - Ferrovia Paulista S.A . Em dezembro de 1997, o Estado de São Paulo alienou à União Federal, como parte do acordo de refinanciamento da sua dívida, o controle acionário da FEPASA. Naquela oportunidade, foi fixado um preço provisório, cujo valor correspondente foi deduzido do débito do Estado junto à União Federal. Contudo, restou estabelecido no Contrato de Compra e Venda das Ações Representativas do Capital Social da FEPASA, firmado entre o Estado e a União Federal, que seria de responsabilidade do Estado todo o passivo que, cumulativamente, atendesse às seguintes condições: I. tenha origem em fatos ocorridos antes de 31.12.97; II. não tenha sido considerado na avaliação definitiva da FEPASA; III. reduza o valor do patrimônio da FEPASA.

Em julho de 1999, a Comissão Paritária constituída para efetuar a avaliação definitiva da FEPASA apresentou Relatório Final de Avaliação fixando o preço definitivo da FEPASA e explicitando a forma pela qual deverá ser aferida a responsabilidade do Estado por passivos contingentes. Tais passivos correspondem, quase em sua totalidade, a obrigações em litígio, tendo sido anexada ao Relatório a relação das respectivas demandas. São aproximadamente 14.000 processos judiciais, envolvendo os mais variados assuntos: complementação de aposentadorias e pensões; obrigações contratuais; indenizações por acidente ferroviário; obrigações trabalhistas, etc...

A Procuradoria Geral do Estado está empreendendo grande esforço no sentido de acompanhar esses processos judiciais, visando ao menor impacto possível no endividamento do Estado perante a União. Nesse sentido, estão sendo priorizados os processos envolvendo inativos e pensionistas da extinta FEPASA, tendo em vista que os mesmos ensejam reflexos imediatos na folha de pagamentos do Estado decorrentes da inclusão de novos benefícios ou da majoração dos atualmente existentes. Ressalte-se que as demandas envolvendo a extinta FEPASA apresentam uma estimativa de condenações da ordem de um bilhão e oitocentos milhões de Reais (R$ 1.800.000.000,00), já tendo havido efetivo desembolso por parte da sucessora da FEPASA de mais de duzentos milhões de Reais, valores esses que estão sendo auditados no âmbito da Secretaria da Fazenda para fins de apuração do ressarcimento devido pelo Estado.

Também configuram passivos contingentes os valores decorrentes do contrato de financiamento da dívida da VASP com o Tesouro Nacional, no qual o Estado de São Paulo figura como fiador. A VASP não vem pagando sua dívida perante a União Federal e, em face disso, o Estado de São Paulo sofreu sucessivas retenções no Fundo de Participação dos Estados. Alegando que deveriam ser estendidos a ela os mesmos benefícios obtidos pela União na renegociação junto aos seus credores externos, a VASP obteve medida liminar para suspender o pagamento das parcelas do mencionado contrato de financiamento, em razão do que também cessaram as retenções impostas ao Estado. Contudo, tendo em vista que a questão encontra-se sub júdice, há que se considerar como passivo contingente futuros e eventuais impactos na receita do Estado caso o mesmo volte a ser obrigado a honrar as parcelas do contrato de financiamento da dívida da VASP. Vale enfatizar que o Estado vem adotando as medidas judiciais cabíveis no sentido de reaver as parcelas já pagas a esse título, executando judicialmente a VASP, inclusive a garantia hipotecária.

Por fim, há que se fazer referência às ações judiciais movidas por servidores públicos ativos e inativos, às ações de natureza tributária e àquelas que envolvem responsabilidade civil do Estado. Há aqui, um amplo conjunto de demandas, merecendo destaque algumas espécies envolvendo direitos de servidores, tais como: ações movidas por Agentes Fiscais de Renda, alegando que após a edição da Emenda Constitucional nº 19 seus vencimentos não mais estariam sujeitos ao "teto"; ações de servidores públicos das mais diversas carreiras pleiteando a incidência da sexta-parte sobre a totalidade dos seus vencimentos, inclusive sobre os demais adicionais temporais; demandas pleiteando o pagamento do salário mínimo como valor base de referência dos vencimentos do servidor.

Dentro desse leque de ações judiciais movidas contra o Estado, cabe ressaltar a existência de demanda proposta pela VASP objetivando a apuração de superveniências passivas e a compensação dos respectivos valores com as dívidas que possui junto ao Estado. Observe-se que o Edital de privatização da VASP fixou um prazo decadencial de 1 (um) ano após a efetiva transferência do controle acionário da empresa, para a apuração do passivo oculto de responsabilidade do Estado, o qual transcorreu sem que tenham sido adotadas as medidas necessárias para a apuração de eventuais superveniências passivas. Também deve ser mencionado que o provável insucesso da Ação Declaratória de Inexigibilidade de Obrigação Previdenciária, movida contra a disposição contida na Portaria n.º 4.922/99, do Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, que elenca, entre os segurados, obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, os servidores públicos estaduais temporários e ocupantes de emprego público ou exclusivamente de cargo em comissão, obrigando o Estado a efetuar as contribuições respectivas ao INSS, representa um ônus potencial, com impacto nas contas públicas estaduais.

Importante enfatizar que passivos decorrentes de ações judiciais com sentenças definitivas foram tratados como precatórios não configurando, portanto, passivos contingentes.

DEBATES

8 DE JUNHO DE 2001
82ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: EDNA MACEDO e NEWTON BRANDÃO
Secretária: ROSMARY CORRÊA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - Edna Macedo - Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - José Carlos Stangarlini - Considera exitosa a audiência pública do último dia 06, a respeito da abertura de capital da Nossa Caixa. Defende as mudanças propostas para o banco.

3 - Newton Brandão - Assume a Presidência.

4 - Rosmary Corrêa - Lê documento em homenagem póstuma à memória de Dona Carmem Prudente, por sua atuação no combate ao câncer.

5 - Edir Sales - Homenageia os comissários do Juizado de Menores, pela passagem de seu dia.

6 - José Zico Prado - Comenta que o racionamento de energia penaliza a população mais pobre.

7 - Antonio Salim Curiati - Lê requerimento de sua autoria, pelo qual se congratula com a Blue Life Assistência Médica por seu vigésimo aniversário.

8 - Jamil Murad - Comunica ter participado, hoje, de reunião do grupo Shalom-Salam-Paz, constituído por brasileiros judeus. Lê seu manifesto.

9 - Roberto Gouveia - Disserta sobre o diabetes. Considera o crescente número de pessoas que contraem a doença no Brasil e no mundo.

10 - Conte Lopes - Presta homenagem à memória do ex-Deputado Maurício Najar. Faz considerações sobre a rebelião de presos, hoje, no Paraná.

11 - Roberto Gouveia - Tece comentários acerca do PL 280/01, que dispõe sobre alienação de ações da Nossa Caixa. Critica o tempo exíguo para discussão da matéria e cita o substitutivo de sua bancada ao projeto.

12 - Conte Lopes - Ironiza a exigência de presidiários rebelados no Paraná de serem transferidos para o sistema prisional de São Paulo. Apresenta documentos envolvendo policial com criminosos e ameaças de bandidos às autoridades. Reclama da falta de armamento dos policiais que dão segurança a esta Casa.

13 - Pedro Mori - Reclama da falta de reajuste salarial para os funcionários públicos, do aumento dos planos de saúde e dos pedágios. Preocupa-se com a falta de segurança no País. Convida para a festa de Corpus Christi em Santana do Parnaíba.

14 - Conte Lopes - De comum acordo entre as lideranças, pede o levantamento da sessão.

15 - Presidente Newton Brandão - Acolhe o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 11/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os da realização hoje, às 20h, de sessão solene para comemorar os 100 anos da Esalq. Levanta a sessão.

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - PTB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Convido a Sra. Deputada Rosmary Corrêa para, como 2ª Secretária "ad hoc", proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA - ROSMARY CORRÊA - PMDB - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - PTB - Convido a Sra. Deputada Rosmary Corrêa para, como 1ª Secretária "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA - ROSMARY CORRÊA - PMDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - PTB - Tem a palavra o nobre Deputado Campos Machado. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Dorival Braga. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Vitor Sapienza. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Pedro Tobias. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Cícero de Freitas. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado José Carlos Stangarlini.

O SR. JOSÉ CARLOS STANGARLINI - PSDB - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, assessores, imprensa, público presente, telespectadores, primeiramente gostaria de parabenizar a Mesa diretora desta Casa pela brilhante iniciativa de ter concedido espaço para a audiência pública em que debatemos sobre a abertura de capital do Banco Nossa Caixa, na 4ª feira, dia 06/06. Pelo número de pessoas que aqui vieram e lotaram as galerias deste plenário, pudemos avaliar a importância do assunto e mais, o interesse do povo paulista pelas questões colocadas ao crivo do poder legislativo.

Dizer que o eleitor não quer participar dos assuntos políticos do seu estado é uma afirmação enganosa. Somos testemunhas do desejo das pessoas em participarem das decisões de seus representantes, de opinarem por esta ou por aquela medida, de externarem suas necessidades e lutarem juntos com seus Deputados pelos interesses de suas classes.

Devemos esquecer qualquer outro ocorrido naquela oportunidade que não esteja relacionado aos verdadeiros objetivos daquela audiência pública. É uma pena que os noticiários tenham enfatizado fato diverso da presença massiva dos eleitores paulistas que, juntamente com seus representantes no parlamento, debateram as mais diversas questões referentes à abertura de capital da Nossa Caixa.

Temos que enfatizar a brilhante participação do Secretário da Fazenda, Fernando Dallaqua e do presidente da Nossa Caixa, Geraldo Gardenalli, que aqui expuseram, com bastante clareza, os objetivos do Poder Executivo para com o fortalecimento do Banco Nossa Caixa frente ao mercado financeiro do país. O projeto que debatemos na última quarta-feira é um avanço no conceito de banco público.

Estará aliada ao controle estatal a eficiência de subsidiárias que trarão competitividade em face dos grandes bancos privados que hoje disputam o mercado. É impossível que se mantenha o Banco Nossa Caixa com uma estrutura que não satisfaz às exigências da modernidade e do que um correntista espera de sua instituição financeira.

Novos parceiros virão emprestar a Nossa Caixa condições de atuação adequada conforme o que se espera do banco do Estado líder do Brasil. A mesma medida foi adotada pelo Governo Federal em relação ao Banco do Brasil. Hoje temos um banco forte, competitivo, líder no mercado financeiro e, o que é mais importante: sob o controle do Governo.

Portanto. Os funcionários da Nossa Caixa não podem ver com temor essa proposta, já que pelos resultados que dela virão, tenho toda a certeza que conseguirão melhores condições de trabalho. Não haverá desemprego, tampouco desprestígio. Ao contrário, volto a insistir: os funcionários da Nossa Caixa integrarão um conglomerado financeiro à altura.

Como homem do mercado de seguros fiquei feliz em saber que a Cosesp, ineficiente e que não atende às necessidades do mercado do Estado terá destino diferente ao do Banco Nossa Caixa, com a feição que nós Deputados aprovaremos nesta Casa.

Uma Nossa Caixa forte e competitiva vai trazer benefícios ao nosso Estado, e melhores condições de desempenho, trabalho e remuneração aos seus funcionários. Não haverá privatização alienante do controle estatal, mas modernização e busca de competitividade, com parcerias que gerarão um banco com as características exigidas pelo mercado do século 21, ou seja abertura do capital de 49% das ações e o Estado ficando com o controle do banco com 51%.

Por tudo isto é que tenho a firme convicção de que estamos caminhando na direção certa.

Muito obrigado.

Assume a Presidência o Sr. Newton Brandão.

O SR. PRESIDENTE - NEWTON BRANDÃO - PTB - Tem a palavra o nobre Deputado Milton Flávio. *(Pausa.)* Tem a palavra a nobre Deputada Rosmary Corrêa.

A SRA. ROSMARY CORRÊA - PMDB - *sem revisão da oradora* - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham através da TV Assembléia, não é usual esta Deputada usar a tribuna para ler alguma coisa, mas tendo em vista a importância que essa pessoa nos merece, farei questão, para não deixar nenhum detalhe de lado, de fazer o meu pronunciamento lendo alguma coisa.

Quero falar de uma pessoa especialíssima que nos deixou há muito pouco tempo, que foi a Sra. Carmem Prudente, essa mulher que merece de nós todos os maiores elogios pelo seu trabalho maravilhoso no combate ao câncer, tendo criado a Rede de Combate ao Câncer Feminino e tantas outras coisas que fez, em benefício das pessoas mais carentes e necessitadas, principalmente as portadoras dessa doença tão terrível. Carmem Prudente, nome muito citado pela sociedade paulistana no século passado. Mas Dona Carmem não era paulista e sim gaúcha. Nasceu em 1912 e faleceu no dia 3 de junho de 2001. Filha de pai médico, sempre com ele viajava, tendo estado em vários congressos. Foi na Alemanha, na cidade de Berlim, que conheceu seu esposo, Dr. Antonio Prudente, que foi um dos precursores no tratamento do câncer no Brasil. Sua luta contra o câncer foi grande ao lado do marido, quando resolveram erguer um hospital para tratar da doença. Claro, em 1946 era proibido se falar em câncer. Todos se referiam à doença como 'aquela doença'.

Foi ela a fundadora de grupos voluntários no combate ao câncer no Brasil. Esta bandeira ninguém tira de suas mãos. Deixou uma semente de amor em todos os corações que a conheceram. Seu exemplo foi o maior legado deixado. Muito trabalhou com suas voluntárias em campanhas para angariar fundos, o que lhe rendeu a construção do Hospital Antônio Prudente. Até as crianças daquela época trabalhavam e lembram-se dos cofrinhos do câncer. Ela criou o Clube do Siri em 1953, onde crianças levavam cofrinhos para casa e o traziam cheios de moedas, o que ajudou a cultivar o espírito solidário do voluntariado que ela criou em 1948 e está firme até hoje, aliás, diga-se de passagem, este ano é considerado o Ano Internacional do Voluntariado.

Envolvente, Dona Carmem fazia com que a sociedade participasse do movimento em prol da causa. Foram as voluntárias que serviram de molas mestras na construção e na manutenção do hospital por várias décadas. Hoje, espelhadas em Dona Carmem, existem grupos que se dedicam ao voluntariado do câncer no Brasil inteiro. Realmente, no Ano Internacional do Voluntariado teríamos de homenagear esta mulher, que foi símbolo do voluntariado no Brasil no século passado. Sua doença afastou-a do trabalho, mas suas seguidoras estão presentes em todo o Brasil.

Que esta homenagem póstuma seja vista como um alerta, como um aviso contra o câncer em nosso Estado, visto que essa doença já fez uma vítima em quase todas as famílias paulistas. A prevenção deve e é o objetivo alvo para a cura. Temos de fazer com que a saúde do nosso estado se conscientize da sua importância. Que a morte de Dona Carmen Annes Dias Prudente seja mais um alerta para o nosso secretário de Saúde..." queira Deus que possa ser um alerta, porque parece que o Dr. Guedes não ouve alerta nenhum. "Que torne sólida a prevenção contra o câncer. A procura é cura, câncer tem cura. Procurem. Obrigada, Dona Carmen, por ter deixado no Brasil o voluntariado do câncer."

Quero aqui prestar a minha homenagem e a homenagem do meu partido - e sei que posso falar por todos os partidos com assento nesta Casa - a esta mulher maravilhosa: Dona Carmem Prudente. Na carta, fala-se que a lembrança de Dona Carmem possa servir de alerta para o nosso Secretário de Saúde Dr. Guedes. Gostaríamos muito que este alerta chamasse realmente a sua atenção, porque infelizmente nem na sessão solene do Dia Estadual de Prevenção do Câncer de Mama, V.Exa. ou qualquer pessoa representando V.Exa. esteve nesta Assembléia Legislativa.

O problema é muito sério e muito grave. Pessoas como Dona Carmem Prudente, que criou essa rede de voluntariado hoje conhecida nacionalmente, merecem mais atenção não só pelo trabalho pessoal que cada uma faz, mas pela luta dessas mulheres, uma luta que começou com Dona Carmem para ajudar aquelas que têm essa gravíssima doença e investir principalmente na prevenção. Sr. Secretário, para que haja prevenção, a Secretaria da Saúde tem de estar aparelhada para atender essa centena de milhares de mulheres que diuturnamente procuram postos de saúde, prontos-socorros e hospitais e saem dali com uma mamografia agendada para dali a um ano.

Vamos parar com isso e encarar o câncer como uma coisa séria! Dona Carmem, de onde a senhora estiver receba as nossas homenagens. A sua lembrança vai permanecer eternamente no espírito daqueles que querem continuar esse maravilhoso trabalho que a senhora iniciou.

O SR. PRESIDENTE - NEWTON BRANDÃO - PTB - Tem a palavra o nobre Deputado Emídio de Souza. *(Pausa.)* Tem a palavra a nobre Deputada Maria Lúcia Prandi. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Ary Fossen. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Wilson Morais. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Donisete Braga. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Claury Alves Silva. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Wagner Lino. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Pedro Mori. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Renato Simões. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Vanderlei Siraque. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Vanderlei Macris. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Celso Tanauí. *(Pausa.)* Tem a palavra a nobre Deputada Edir Sales.

A SRA. EDIR SALES - PL - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, amigos da Casa, imprensa e amigos de casa, no mês passado comemoramos o Dia do Comissário de Menores. Este dia muitas vezes é esquecido. Sabemos que os comissários de menores dedicam toda uma vida na defesa dos menores abandonados pelos quatro cantos do país.

Neste ano comemoramos o Ano do Voluntariado. O ano das pessoas que também dedicam sua vida a causas nobres, das pessoas que dão o máximo de si, do pouco tempo que têm, para poder ajudar. Aliás, dizem que quando se quiser pedir alguma coisa para alguém, que se peça para alguém muito ocupado. A pessoa ocupada sempre vai ter um tempinho: seja no fim de semana, à noite, na hora do almoço ou de manhã bem cedinho. Ela sempre vai ter um tempo para fazer alguma coisa a mais, principalmente se for para ajudar, se for para servir à alguém, se for para servir os ensinamentos do Senhor - dizem que fora da caridade não há salvação. Neste Ano do Voluntariado não poderíamos deixar de lembrar daqueles que colaboram com o trabalho do Juizado de Menores, os voluntários que amparam as nossas crianças no dia-a-dia, principalmente aquelas abandonadas.

Aproveito este momento para parabenizar ao Dinael, comissário de menor, que faz um serviço maravilhoso em prol da criança abandonada. Parabéns. As pesquisas mostram que os números aumentam constantemente, fruto do agravamento da miséria em nosso país e do desemprego. Por isso valorizamos as pessoas que se dedicam às organizações não governamentais, pois atuando, sempre, no sentido de ajudar a quem precisa. Essas crianças abandonadas não conseguem driblar a violência e o descaso com que muitas vezes são tratadas nas ruas. Muitas vezes as pessoas subjugam as crianças, desfazendo-se delas, sem dar à atenção necessária.

Hoje, muitos jovens estão desempregados. Antigamente dizia-se que com 40 anos ninguém mais arrumaria emprego. Hoje, são os jovens que entre 16 e 18 anos não conseguem arrumar emprego. Como último recurso, as pessoas procuram o Deputado. Sabemos que não é missão do Deputado arrumar emprego, mas as pessoas não têm a quem recorrer e acabam nos pedindo ajuda . Muitas vezes ficamos numa situação difícil porque não temos condição de arrumar um emprego. Os currículos que tenho em meu gabinete dão conta de quantos jovens estão desempregados.

Portanto, devemos valorizar o trabalho incansável do comissariado do menor. Quando tudo parece perdido, ele entra em cena e com o seu desempenho ele evita que o jovem siga caminhos errados, como o do crime. Porque muitos deles, até por uma necessidade maior, acabam não tendo outra solução senão entrar para o caminho do crime. Quais são esses caminhos? Ele começa pelo álcool e pela droga, e quando percebe já está morando na Febem. O menor, por uma necessidade maior, roubou um quilo de arroz, e acabou ficando lá misturado com todos aqueles que roubaram coisas maiores, participando da faculdade do crime.

Estou parabenizando o Dia do Comissário do Menor, comemorado no final de maio. Eles muitas vezes ajudam ao Governo, auxiliando as entidades, principalmente à aquelas que não têm a menor condição de sobrevivência.

Obrigada, Sr. Presidente e nobres Deputados. Para encerrar, queria mandar um abraço para a Eveline Chedid, do Lions do Belém, que participa do programa, que está sempre aí acompanhando o nosso trabalho e enviando idéias novas. Eveline, para você, para o Chedid e para todas as pessoas do Lions do Belém, o meu abraço.

O SR. PRESIDENTE - NEWTON BRANDÃO - PTB - Tem a palavra o nobre Deputado Cândido Vaccarezza. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Roberto Engler. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Duarte Nogueira. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Salvador Khuriyeh. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado José Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sr. Presidente Newton Brandão, Srs. Deputados, ouvintes da TV Assembléia, funcionários da Casa, ainda não tive a oportunidade de assomar à tribuna para fazer comentários sobre o apagão; problema sentido e comentado hoje pela população, principalmente pelas ruas da periferia e nos bairros.

Tenho conversado a respeito disso com várias pessoas, e a classe mais pobre tem dito que não têm mais o que economizar; nunca esbanjou energia. Em nenhum momento o cidadão pobre teve oportunidade ou dinheiro para deixar as luzes todas da casa acesa, para esbanjar energia elétrica. É sobre essa camada social que mais estão pesando as regras decretadas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na conversa que temos mantido e aquilo que temos discutido com a população, nenhum de nós tem a intenção de esbanjar energia elétrica, porque sabemos que principalmente no Estado de São Paulo é gerada por hidrelétricas, e sabemos que todas as represas do Estado de São Paulo se encontram com baixo nível de água.

Mas queria dizer que há a irresponsabilidade do Presidente Fernando Henrique, de não ter se prevenido investindo no setor, e de ter tratado o setor energético como qualquer outro capital; ter entregado e colocado na mão da iniciativa privada, como é o caso do Estado de São Paulo, dirigido e orquestrado pelo Governador Geraldo Alckmin, que foi o responsável pela entrega das energéticas, das estradas e de todo o patrimônio público.

Portanto, a população sabe que tem que economizar, mas não aceita as regras impostas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, cobrando mais dela, e ainda sendo ameaçada, a todo o momento de ter a sua luz de casa cortada.

Tenho um projeto de lei aqui proibindo o corte de luz das famílias de baixa renda. E agora, de acordo com o Presidente Sr. Fernando Henrique Cardoso, além de pagarmos, temos de economizar, achando que a população não economizava, que esbanjava energia como esbanjam nos Ministérios e no Palácio do Planalto; lá sim esbanjam energia. Eu passava lá e estavam acesas as luzes de todos os prédios. Vai ver se na casa de pobre, na periferia tinha luzes acesas, o quanto os trabalhadores já vinham economizando energia, porque o salário deles não dava para gastar mais, porque ele controlava a energia de acordo com o salário ganho; portanto, não dá para aceitar essa regra do corte de energia para o pequeno consumidor, para aquele que consome na sua residência.

Não podemos aceitar isso, e quero dizer desta tribuna que vamos enfrentar essa luta no dia-a-dia, com o povo da periferia. Não vamos aceitar corte de energia na casa de um cidadão que já economizava tanto, porque ele já era obrigado a economizar pelo seu salário arrochado, pelo desemprego na família, e por todas as conseqüências baseadas nessa entrega do patrimônio público, baseado no arrocho salarial e nessa política neoliberal que o Presidente Sr. Fernando Henrique Cardoso vem impondo ao povo brasileiro, e no Estado de São Paulo é dirigida e orquestrada pelo Governador Geraldo Alckmin.

Quero deixar aqui registrado, a todos os que nos ouvem neste momento, que vamos enfrentar a Eletropaulo e o Governo do Estado de São Paulo; não vamos aceitar corte de luz, principalmente na periferia, das casas daqueles que sempre têm economizado e que nunca esbanjaram energia elétrica.

Se for o caso, vamos fazer uma manifestação no meio da rua; vamos para a porta da Eletropaulo, mas não vamos aceitar isso, porque pobre e trabalhador nunca esbanjaram